

2ª quinzena de junho de 1999

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 48

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como ●
vivem^{os}
sem-patrão

Crise e falta de perspectiva estão motivando a formação de uma legião de trabalhadores que resolveram tentar a vida por conta própria. Dezenas de experiências de associativismo e autogestão espalham-se pelo país. No Rio Grande do Sul, o governo ensaia ações de fomento a grupos de economia solidária como uma saída para desconcentrar renda e gerar emprego.

Central

Ivan Izquierdo, o pesquisador brasileiro mais citado em publicações científicas no mundo, diz que um país só é soberano se tiver ciência e tecnologia próprias

Página 12

Gilmar Fraga



Uma possível saída

O cooperativismo é, muitas vezes, associado aos socialistas utópicos, aqueles que acreditavam que a sociedade capitalista poderia se modificar a partir da expansão extensiva de experiências do tipo cooperativa e outras formas autogeridas localizadas.

A evolução histórica no sentido da busca de uma sociedade solidária foi desastrosa. As razões são muito profundas e complexas para serem discutidas no âmbito deste editorial. No entanto, dá para constatar que a primeira experiência, a da União Soviética, foi determinante para a configuração das que se seguiram e que uma proposta inicialmente generosa e democrática degenerou e se consolidou num regime autoritário, burocrático, eivado de privilégios, que esboroou no final do século.

Isto nos autoriza a dizer que o outro caminho é que seria possível e teria evitado tantas tragédias?

As contradições e o caráter bárbaro e excludente do capitalismo, na sua etapa atual, colocam na atualidade uma transformação social. A resposta à questão formulada é, a nosso ver, nem sim, nem não, mas em parte seguramente.

A hipótese de restaurar a utopia dos socialistas utópicos (redundância proposital) é, a nosso ver, mais descartada do que nunca, dado o caráter do ambiente macroeconômico instaurado pelo neoliberalismo que, como diz Robert Boyer em artigo publicado no *Le Monde*, "o mau capitalismo expulsa o bom" (em alusão a uma lei econômica que a má moeda expulsa a boa).

No entanto, as experiências de autêntico cooperativismo, economia solidária ou autogerida, podem ter um papel importante na recomposição de um modelo de sociedade solidária onde a sociedade controle o

Estado e não ao contrário, como foi o caso das fracassadas experiências antes referidas.

O desenvolvimento do cooperativismo, junto com experiências como planejamento participativo e outras, introduzem um elemento que foi o grande ausente no socialismo real, que foi a democracia e, mais especificamente, a democracia direta dos livres produtores associados.

Antes que seja tarde

Poucos acreditam quando se diz que a universidade pública está caindo aos pedaços. Por pura sorte, na última semana de junho a deterioração física que persiste há anos não causou mortes no Campus Central da Ufrgs. O início tempestuoso da tarde de terça-feira, dia 29, foi marcado pelo desabamento de parte da marquise da Faculdade de Arquitetura. Muitos irão dizer que tudo não passou de coincidência, pois os velozes ventos que atingiram a Capital naquele dia fizeram estragos de toda ordem. O episódio, entretanto, chamou a atenção de quem há muito percebe sinais de fumaça sob o cobertor curto do patrimônio público. Está mais do que na hora de a universidade passar por uma perícia onde sejam apuradas as atuais condições de uso dos seus prédios e instalações. Em ofício encaminhado à reitora, a Adufrgs lamentou que tenha sido necessária uma quase tragédia para abrir os olhos da Reitoria. No documento, é solicitado que tal investigação seja levada a cabo o quanto antes. Só tendo certeza do real estado de conservação das unidades da instituição a comunidade acadêmica poderá reivindicar providências imediatas do governo federal. Antes que seja tarde.

Regras para verbas

O Ministério da Educação anunciou em 30 de junho o novo modelo de distribuição de recursos entre as instituições federais de ensino superior. Serão privilegiadas as que tem maior número de alunos, mais pesquisa e extensão. Pelas contas do MEC, 26 das 52 Ifes terão aumento de recursos. As demais sofreriam corte de verbas, mas seus orçamentos serão complementados, de forma a atingir a previsão inicial. Pelo novo método, os R\$ 407 milhões destinados às Universidades serão distribuídos levando em conta os quesitos ensino e pesquisa (80%) e pesquisa, serviços dos hospitais universitários (13%) além de critérios do MEC no incentivo e na expansão do sistema federal de ensino superior (7%). Serão beneficiadas também as instituições que mantêm cursos noturnos, funcionam em mais de um campus ou estão localizadas na Amazônia Legal. Segundo o ministro da Educação, Paulo Renato, "Daqui a uns dez anos, a distribuição de recursos vai levar em conta também a avaliação das instituições". Paulo Renato disse que pretende dobrar a quantidade de alunos nas federais, que hoje é de 408.640 estudantes.

Corrupção no Brasil

As baixas notas obtidas pelos países latino-americanos em matéria de corrupção fizeram com que a região fosse eleita como prioridade para a Transparência Internacional, ONG que se tornou conhecida por publicar, anualmente, um ranking dos países mais corruptos do mundo. A entidade enviou ao Brasil, para uma visita de cinco dias, o chileno Miguel Schloss, diretor-executivo da organização não-governamental. Em entrevista à Folha de São Paulo, antes de chegar ao país, Schloss comentou as pesquisas feitas no Brasil sobre a corrupção. Para ele, o problema se combate com ações preventivas e não por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito.

Carandiru

"Nenhum jornalista teria extraído um material como esse", assinala a revista "Época" em matéria sobre o livro "Estação Carandiru" (Cia. Das Letras, 297 págs.). A obra é o relato de dez anos de trabalho voluntário do médico Drauzio Varella junto aos presos da Casa de Detenção de São Paulo, maior complexo penitenciário da América Latina, localizado no bairro do Carandiru. Drauzio reuniu um comovente apanhado de histórias, homens e crítica social acumulados por ele na carceragem paulista que ficou internacionalmente conhecida quando 111 presos foram chacinados pela PM em 1992.

Atraso

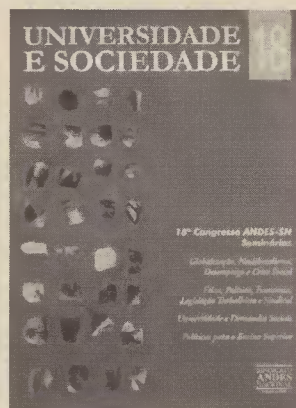
O Brasil foi muito rico quando era colônia e com a independência empobrecceu. Essa é a conclusão do jornalista Jorge Caldeira expressa no livro "A Nação Mercantilista - Ensaio sobre o Brasil" (Editora 34, 419 páginas). Caldeira oferece explicações para os motivos que levaram o Brasil - talvez a maior economia das Américas no início do século 19 - a transformar-se numa nação com um PIB próximo a um décimo dos Estados Unidos no fim do mesmo século. A explicação mais difundida pelos historiadores é a de que a decadência teria sido causada por fatores externos, como a colonização portuguesa e a ganância inglesa. Em resumo, o Brasil teria sido uma vítima do saque dos poderosos impérios europeus. O livro de Caldeira tenta mostrar exatamente o contrário, que o Brasil colonial não é o "brasilzinho" que normalmente é retratado na história.

Valor do mínimo

Ainda que o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha sancionado o aumento do salário mínimo, que passou dos fantásticos R\$ 130,00 para R\$ 136,00, o Brasil é o país da América Latina com o menor valor de salário mínimo. No país do presidente-sociólogo, o valor do mínimo é o equivalente a cerca de 80 dólares. No Paraguai, o mínimo vale US\$ 146, na Argentina, US\$ 200, no Uruguai, US\$ 160 e no México, US\$ 127.

Revista da Andes

Durante a realização do 38º Conad (Conselho Nacional de Associações de Docentes), no Rio de Janeiro, foi lançada a 18ª edição da revista *Universidade e Sociedade*, editada pelo Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior (Andes). Reformulada graficamente, a revista apresenta artigos, resenhas e ensaios sobre educação superior, conjuntura política e economia, entre outros temas. A entrevista desta edição é com o editor da revista *Praga*, Ricardo Musse. Encomendas podem ser feitas na sede da Adufrgs. Cada exemplar da revista custa R\$ 5,00.



Publicação
quinzenal
Impressa em
papel Ecograph
75 gramas
Tiragem:
5.000
exemplares

Edição
Silvânio Mariani
Reportagem
James Gorgen
Fotografias
Fabrícia Osanai
Programação Visual
Gilmar Fraga
Diagramação
Comunicação/Adufrgs
Revisão
Jorge D. Barbosa

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll

Adufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical do ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Hélgio Trindade * / Ex-reitor e professor de Ciência Política da Ufrgs

A autonomia universitária do MEC

Fragilidade política e ambigüidade conceitual

A difusão pelo MEC de mais um documento sobre a autonomia não conseguiu alterar o ceticismo e o desalento da comunidade universitária diante da desesperante situação de penúria financeira que está corroendo o tecido acadêmico das universidades públicas federais.

Analisando em perspectiva os projetos sobre a autonomia universitária produzidos durante o período do atual governo federal, para além das marchas e contramarchas da "lei complementar" à "emenda constitucional, constata-se a volta ao ponto de partida.

A estratégia, até então adotada, resultou num impasse dentro do próprio governo, o que por sua vez redundou no abandono do projeto no Congresso. O teor do novo documento comprova mais uma vez a ineficácia do MEC, que é fruto de sua fragilização política no governo e da ausência de uma concepção clara sobre o modelo de autonomia a ser adotado.

Diante das sucessivas propostas sobre autonomia é permitido, legitimamente, perguntar: estaria o governo efetivamente interessado em que as universidades públicas federais se tornem "plenamente autônomas"? Ou se trata de mais um balão de ensaio para ganhar tempo ou simplesmente para impor à sociedade a versão falsa de que o impasse nas universidades federais resulta de uma pretensa inépcia dos métodos gerenciais?

Neste cenário de rótulos difusos, empenha-se o MEC em obter dois dividendos. Primeiramente, busca eximir-se da responsabilidade que detém como gestor e gerador de sucessivos impasses e retrocessos na questão da autonomia universitária. Em segundo lugar, travestindo-se em órgão contratante e avaliador do desenvolvimento institucional das universidades, o MEC procura distanciar-se de sua responsabilidade própria na falta de autonomia das IFES.

Reelaborando os mesmos argumentos, o que é proclamado como novo - o "contrato de desenvolvimento institucional" para as universidades - foi tirado do baú jurídico e, curiosamente, em "afinidade" com a lei das "organizações sociais" e com a que dispõe sobre "a autonomia de gestão das organizações militares prestadoras de serviço da Marinha."

É inaceitável que o novo produto resultante de todo esse processo de avanços e recuos do governo se transforme ainda num documento genérico, eivado de contradições conceituais, intitulado "Fundamentos para uma lei que regule a autonomia das universidades, nos termos do que estabelece a LDB, assim como disponha sobre a possibilidade de ampliação da autonomia mediante contrato de desenvolvimento institucional"

O texto não apresenta nenhum avanço qualitativo. Revela, no entanto, a debilidade política do MEC dentro do governo e sua ambigüidade conceitual no campo da autonomia. A proposta opta por uma solução ardisadamente seletiva como saída para o governo.

1. Fragilização política do MEC

Partindo do argumento que com a "reforma do Estado" a emenda constitucional é dispensável, o MEC retorna à forma legal rejeitada anteriormente.

Este zigzag em matéria tão importante para o futuro das universidades é revelador da sua fragilização política.

O atual Ministro, embalado pelos elogios presidenciais, aceitou continuar na pasta sem avaliar adequadamente o significado político dos vetos que bloquearam seus projetos anteriores de autonomia universitária. Sua iniciativa na matéria tem sido reflexa e cativa de decisões que se desenvolvem nos verdadeiros núcleos de

poder do governo.

O primeiro projeto de autonomia, elaborado sob forma de "lei complementar", é um bom exemplo dessa atitude reflexa. Foi uma reação à proposta do MARE que já controlava as políticas de carreira, de contratação e de salário, de transformar as universidades públicas federais, em "instituições públicas não estatais"

O segundo exemplo foi a decisão posterior do MEC de comunicar aos Reitores que, por exigências da sistemática orçamentária, a implementação da "autonomia plena" não poderia ser feita através de "lei complementar". Daí nasceu o segundo projeto, sob a forma de emenda constitucional, que veio provocar forte reação na comunidade universitária.

Esta segunda mudança se, por um lado, resultara da pressão das universidades privadas contra controles que lhes poderiam atingir, de outro era um evidente veto interno do governo ao caminho adotado para conceder autonomia às universidades federais. O novo texto entregue pelo Ministro aos Reitores trazia impresso no fax de origem o decisivo "nihil obstat" da consultoria jurídica do MARE.

O terceiro exemplo de fragilização política do MEC foi o abandono posterior da proposta de emenda constitucional enviada ao Congresso. O projeto foi abortado pelo veto da área econômica que achou excessiva a destinação de 75% dos recursos do MEC para um Fundo de financiamento das IFES que representava, na realidade, 25% dos recursos aplicados em educação, em geral.

Esses são os exemplos a justificar o profundo ceticismo da comunidade universitária diante do teor do documento e das perspectivas de avanço na luta em favor de uma verdadeira autonomia universitária.

Após quatro anos de muitos retrocessos e nenhum avanço, com as universidades federais na mais aguda asfixia financeira, é um ato de cinismo político proclamar na abertura do texto que "a efetiva implantação da autonomia das universidades federais constitui-se em meta prioritária do Ministério de Educação"

2. Ambigüidade conceitual da autonomia

A ambigüidade conceitual salta aos olhos diante das contradições internas na própria definição de autonomia engendrada nos sucessivos itens do documento.

Utilizando-se de uma concepção ampla de autonomia extraída de comentários normativos ao artigo constitucional, seu significado efetivo se estreita ao longo do texto equiparando-a a um "modelo de gestão" e à sua "eficiência". Enfim, a proposta surpreende quando faz do "contrato de desenvolvimento institucional" o instrumento pelo qual as universidades federais atingiriam a plena autonomia.

A retórica generosa da interpretação constitucional, extraída do texto lapidar, de Edivaldo Boaventura, menciona que a "Constituição elevou a autonomia, cerne da vida acadêmica desde os tempos medievais, à suprema condição da principal disposição acerca da educação superior". Admite até que "a autonomia pretendida não objetiva" limitar-se "à eficiência de gestão administrativa", uma vez que "o escopo da legislação visa, ultima ratio, à liberdade e ao desenvolvimento acadêmico e científico".

Mas o próprio Preâmbulo restringe esta concepção ampla: "pela autonomia busca-se um modelo de gestão que corresponda ao atual estágio de desenvolvimento e expansão da universidade federal, reforçando seu caráter público, sua capacidade de planejamento institucional e o aproveitamento mais racional dos investimentos públicos que nela são feitos. A partir daí será possível, de modo sistemático, associar recursos à



Continua na página seguinte...

Continuação da página anterior

eficiência na gestão e no desempenho de cada instituição."

Na parte central da proposta, ao introduzir a figura do "contrato de desenvolvimento institucional", pretende o MEC, equivocadamente, estar construindo um instrumento capaz de conceder a plena autonomia às universidades federais

Essa ambigüidade conceitual se traduz na sistemática proposta que cria tipos diferenciados de autonomia através de formas gradativas de acesso. O documento define, no mínimo, dois tipos básicos de autonomia: a relativa para gerir os recursos alocados pelo MEC e a plena que, via contrato, possibilitaria a certas universidades negociarem um patamar mais elevado de autonomia.

3. O "modo ampliado" de autonomia

A pergunta chave é: este segundo tipo de "autonomia a ser exercida de modo ampliado", através do "contrato de desenvolvimento institucional" é realmente uma inovação na experiência brasileira ou internacional? A resposta é não.

No Brasil, por exemplo, a autonomia concedida às universidades paulistas pelo Governo Quérzia é mais ampla que a proposta pelo Governo FHC. A cada mês é feito um repasse global e regular de recursos do Estado de São Paulo, extraídos de um percentual fixo do ICMS líquido do Estado de São Paulo, que é repartido entre a USP, a Unicamp e a Unesp. Não há, pois, nenhum "contrato institucional" que amarre o uso dos recursos públicos para que a instituição atinja a plenitude da autonomia institucional.

A fórmula proposta pelo Ministro Paulo Renato não é a mesma pela qual lutou quando era Reitor da Unicamp. Nem quanto ao montante do financiamento (2 bilhões são divididos entre as três universidades estaduais paulistas contra os cerca de 5,5 bilhões para as 39 federais, seus hospitais e instituições federais isoladas), nem quanto à liberdade da universidade gerir seus próprios recursos.

Na França, por sua vez, onde se aplica o "contrato de desenvolvimento institucional", este se distingue claramente da "autonomia". Cada universidade francesa goza de autonomia institucional e recebe do Ministério de Educação Nacional, da Pesquisa e da Tecnologia os recursos orçamentários anuais para o funcionamento das atividades de ensino e pesquisa, exceto os salários que ficam a cargo do Estado.

Complementarmente, cada Universidade elabora seu projeto acadêmico-institucional e negocia diretamente com o Ministério, por um período de 5 anos, novos recursos para investimentos em áreas estratégicas definidas pela Universidade. Este contrato não se confunde nem atribui às universidades maior nível de autonomia, mas é um instrumento crucial para a expansão qualificada das universidades.

A nova proposta do MEC abastardou uma idéia séria para transformá-la em mero privilégio a ser concedido, na prática, a um pequeno número de universidades federais. Sem inovar em termos nacionais e internacionais, o que se vislumbra é a construção de um sistema de universidades públicas hierarquizado por classes de autonomia, coexistindo com o sistema estadual paulista e privado, efetivamente autônomo.

Na verdade, os problemas enfrentados pelo sistema de ensino superior brasileiro é tão crítico que, apesar do grande avanço alcançado por nossas universidades públicas em termos latino-americanos, estamos retroagindo, às vésperas do ano 2000, a uma realidade que desafiava a Itália dos anos trinta!

A reforma universitária do Ministro Giovanni Gentile, em 1931, que propunha a autonomia, distinguia três categorias de instituições de ensino superior: as duas primeiras, A e B, compreendiam as instituições estatais mais ou menos complexas do ponto de vista de sua abrangência acadêmica; e a classe C era reservada às instituições privadas.

Embora a ressalva que cada universidade pública "elabore seu próprio estatuto, detenha sua autonomia administrativa e goze de plena liberdade didática", esta "au-

tonomia", segundo o autor, "permanece platônica". Por exemplo, o Reitor até então "eleito por seus colegas" era "doravante nomeado pelo Ministro" o que para a filósofo Gentile se justificaria por "sua concepção política e moral do Estado ético".

Constata-se na Itália que no "plano financeiro, porém, muitos professores temem que a autonomia seja um subterfúgio permitindo ao Estado diminuir os recursos alocados à universidade" e consideram "que a classificação das universidades (A e B).) seja uma estratégia visando à 'supressão lenta por anemia' do tipo B.". A reforma, enfim, encorajava o ensino superior privado", mas o "fiscaliza de perto". Essas "instituições não podem funcionar sem prévia autorização (...) e o Estado mantém o direito de fechá-las".

Isso, mesmo acontecendo em contextos políticos totalmente diferentes, nosso atraso em matéria de autonomia é de tal ordem que, por ironia da história, alguns dos problemas centrais do ensino superior brasileiro já eram enfrentados pela Itália num dos períodos de maior centralização política" (Michel O STENC, L'éducation en Italie pendant le fascisme, Paris, Publications de la Sorbonne, 1980, pp.71-75)

4. Balanço: avanço ou recuo?

Não se pode considerar um avanço que uma "meta prioritária", após quatro anos, ainda contenha tal grau de ambigüidade conceitual. O documento do MEC não inova em matéria de "autonomia" e retroage em termos brasileiros a outros textos legais conhecidos, tentando adaptá-los à terminologia das universidades.

O próprio documento reconhece que "este molde contratual em construção" encontra "plena afinidade" com a lei das "organizações sociais" que foi o canto da sereia do MARE, buscando seduzir algumas universidades federais com atraentes "contratos de gestão" e oferecendo, com flexibilidade, recursos para o desenvolvimento institucional.

Todas essas observações críticas, porém, dizem respeito apenas ao modelo institucional da "autonomia" sem considerar que, no caso do "contrato de desenvolvimento institucional", haverá necessariamente recursos adicionais envolvidos.

A estratégia do MEC é ardilosa porque acena mais uma vez com uma bandeira histórica - a autonomia - dos movimentos de reforma universitária, desde o início do século na América Latina, e com um elemento constitutivo e indissociável da própria idéia de universidade como está na Magna das Universidades" elaborada por ocasião dos 800 anos da Universidade de Bolonha:

Subjacente, porém, à retórica governamental sobre a "autonomia", aparece sua prática política: submeter as universidades federais à asfixia financeira que está destruindo as bases materiais e acadêmicas do tecido universitário e acenar com a vaga perspectiva de "autonomia universitária" como panacéia para todos os seus males.

Não parece haver a menor dúvida que trata a estratégia governamental de ganhar tempo e jogar o custo do financiamento desta para os próximos governos. Como imaginar que, além dos 75% dos recursos do MEC que já foram objeto de veto da área econômica no passado, o governo disponha de novos recursos para "contratos de desenvolvimento institucional"?

O Ministro Bresser Pereira já deu o recado, sem rodeios, no programa de TV "Roda Viva" para a área de Ciência & Tecnologia: só haverá mais recursos para o fomento com a retomada do desenvolvimento dentro de três ou quatro anos.

A nova estratégia do MEC subjacente ao texto da autonomia é ardilosa, mas perceptível: como não há condições de conceder autonomia ao conjunto das universidades federais, a fórmula inovadora apresenta uma solução malthusiana: salvar seletivamente do dilúvio algumas das grandes universidades federais.

(*)hoje leciona na Cátedra Simon Bolivar do Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine em Paris
(e-mail: helgio@zaz.com.br)

CONAD

Fidel Castro defende investimentos na educação em reunião de professores universitários no Rio

Gilson Renato



Fidel: presidente cubano quebra protocolo da Cimeira e discursa por 45 minutos para docentes reunidos no Conad

Uma histórica e inesperada visita transformou o 38º Conad (Conselho Nacional de Associações de Docentes) que se realizava no salão de convenções do Rio Othon Palace, em Copacabana. O presidente de Cuba, Fidel Castro, hóspede do mesmo hotel, por ocasião da Cimeira - reunião de cúpula União Européia, América Latina e Caribe - atendeu a um pedido da assessoria do evento, enquanto passava pelo saguão do lugar e, exatamente à 00h45, foi ao encontro dos cerca de 200 professores universitários presentes. Pegos de surpresa, os docentes suspenderam imediatamente a discussão do tema "A Universidade e a Crise Nacional" e convidaram Fidel para a mesa de debates.

O líder cubano dialogou por cerca 45 minutos com o presidente da Andes, Renato de Oliveira, e os demais professores presentes. Na conversa, ambos chegaram a comparar os sistemas universitários dos dois países e um incrédulo Fidel não acreditou quando o presidente da Andes lhe disse que Cuba teria uma população estudante universitária proporcionalmente maior que a brasileira (2 milhões para um total de 160 milhões, em torno de 1,5% contra o que Fidel calculou como 200 mil para um total de 10 milhões).

Além do sistema universitário, Fidel aproveitou o espaço para divulgar o sistema de saúde cubano, reconhecido em todo o mundo e revelou sua preocupação de "ser estudante por toda a vida". Nesse sentido, o presidente da Andes indicou a Fidel que, naquela plenária, o cubano teria, "com certeza, mais de 200 repre-

sentantes de professores com o ideal da educação e da revolução pela vida toda".

No final do encontro, o presidente cubano recebeu uma camiseta do encontro e um *pin* da Andes-SN pelas mãos de Renato de Oliveira. No momento em que se retirava do plenário, Fidel ainda ouviu os gritos de "Abaixo o embargo!" e "Viva Cuba", entre outros, favoráveis ao povo cubano. Retribuindo a gentileza dessa visita, o movimento docente aprovou em suas últimas deliberações, já na manhã de segunda-feira, uma moção de repúdio ao bloqueio econômico daquele país e ainda conferiu caráter histórico a essa presença na Carta final do Conad, que resume os anseios dos professores. Na avaliação de diversos delegados, a visita de Fidel Castro prestigiou as deliberações do 38º CONAD, projetando ainda mais a contribuição de professores universitários diante da grave conjuntura brasileira e no quadro geral da ofensiva neoliberal em todo o mundo.

O 38º CONAD foi sediado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ). Segundo a Diretoria da ANDES-SN, o quadro de aviltamento da UFRJ é uma síntese da política que o MEC vem adotando para as Universidades Federais. Além da falta de investimentos para projetos de desenvolvimento acadêmico, a universidade carece das mínimas condições para o seu funcionamento cotidiano. Agravando todo este quadro, a UFRJ vem sendo administrada através de um interventor imposto pelo MEC, não representando a vontade coletiva da comunidade universitária.

O documento final do evento destaca o "desrespeito ao processo eleitoral ocorrido de forma livre e autônoma na UFRJ, constituiu-se no cerne da política do MEC que vem ferindo de todas as formas o princípio da autonomia universitária expresso pelo artigo 207 da Constituição Brasileira". A Carta do Rio de Janeiro diz que "o coroamento dessa política se revela com as diretrizes propostas pelo MEC para a Autonomia Universitária" e adverte que o projeto do governo, se adotado, destruirá o Sistema Federal de Ensino Superior, além de apontar para a privatização da educação.

Com a Carta, a ANDES-SN reafirma sua defesa da auto-aplicabilidade do artigo 207 e das concepções construídas historicamente pelo Movimento Docente sobre a autonomia universitária. O ataque à Universidade, avalia o documento, "não é algo isolado, mas faz parte da implantação de toda uma política neoliberal ditada pelo FMI e pelo Banco Mundial".

Diante da atual crise econômica com crescentes desdobramentos no plano político a ANDES-SN, articulada com o conjunto do movimento social, propõe que seja intensificada a "mobilização e organização da Marcha dos 100 mil (26/8) a Brasília, no ato de protesto contra o governo FHC e a ampliação do esforço de recolhimento do maior número possível de assinaturas para o abaixo-assinado, proposto pelo Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, que exige a instalação de uma CPI e o enquadramento do Presidente da República em crime de responsabilidade".

UNIVERSIDADE

Presidente da ANDES fala na Câmara sobre avaliação universitária

O presidente da ANDES-SN, professor Renato de Oliveira, realizou no dia 23, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, uma exposição sobre avaliação universitária. Partindo do objetivo geral da avaliação que é identificar até que ponto o sistema como um todo e cada instituição em particular está atendendo ao interesse público, Oliveira destacou que o pressuposto para a conclusão desse objetivo é a definição clara do interesse público no que se refere ao ensino superior.

Tal definição, segundo Oliveira, deve contemplar algumas questões fundamentais como o direito dos cidadãos ao acesso ao ensino superior e às formas de cultura que caracterizam uma sociedade fundada no conhecimento; o fortalecimento dos valores republicanos e democráticos; a urgente retomada da agenda do desenvolvimento econômico e social, fundada na capacitação tecnológica do país para a superação de seus problemas e o atendimento de demandas sociais concretas, seja através da formação profissional, seja através de políticas de investigação científica.

O presidente da Andes alinhou como princípios de uma avaliação universitária a abrangência, capaz de articular internamente o conjunto de cada instituição, rejeitando-se explicitamente a avaliação por setor que busca relacionar o mesmo curso entre várias universidades. Para Oliveira, uma avaliação que busque o objetivo geral acima descrito não descartará, por exemplo, à crítica a atual estrutura nacional de cursos e às prioridades que eles representam em termos de investimentos na formação profissional, comparada à sua eficácia em termos de respostas às demandas sociais.

Outros princípios que deveriam orientar a avaliação, no entender do presidente da ANDES-SN, seriam a compatibilidade entre as diferentes instituições - sem cair numa padronização empobrecedora, o respeito à identidade institucional de cada universidade ou instituição de ensino superior, a continuidade do processo, a auto-avaliação institucional sucedida por avaliação externa, tanto por "pares" como por representações da sociedade e do Poder Público e a adesão voluntária como decorrência do preceito constitucional da Autonomia Universitária.

Este último princípio, segundo o presidente da Andes, não se confunde com a decisão soberana de cada instituição aderir ou não à avaliação. Este é um imperativo de ordem pública que subordina as universidades. As universidades devem ser respeitadas, no entanto, quanto à decisão do melhor momento, dentro de sua dinâmica institucional, de submeter-se à avaliação, ponderou Renato de Oliveira.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A vez dos pequenos



Terezinha: dona do próprio nariz aos 58 anos

Com 48 anos de idade, Terezinha Dornelles França viu seu marido sair de casa, deixando três filhos para ela criar. Isso foi há dez anos. Sem nunca ter trabalhado fora – o mesmo marido não deixava –, Terezinha foi à luta. De lá para cá, passou por quatro confecções. Todas faliram. Dois anos depois da separação, perdeu a filha menor, que era deficiente mental e vivia entrevada por causa de uma paralisia infantil. Conseguiu um emprego no serviço de limpeza do Banco Meridional. Não durou um ano. A idade e uma dor crônica na coluna colocavam atestados médicos trabalhando em seu lugar. Moradora da Vila Nossa Senhora Aparecida, bairro Sarandi, Zona Norte de Porto Alegre, Terezinha não sabia mais onde procurar trabalho. Quem daria emprego para um mulher de 55 anos com pouca experiência profissional?

Histórias semelhantes se multiplicam pelo país. Mudam os personagens e suas trajetórias, mas não o motivo que leva cada vez mais brasileiros a optarem pela instabilidade profissional no lugar da segurança de uma carteira assinada, do dinheiro incerto ao invés do salário parco no final do mês. Pessoas como Terezinha chegaram à conclusão de que ser dona do próprio nariz, mesmo na pior situação, parece ser melhor do que cultivar a instabilidade permanente de poder perder o emprego ou não ter perspectiva de futuro. "Agora eu falto por causa de uma gripe e não tenho medo de ir para a rua", garante a realizada proprietária da Univens. Os economistas e doutores classificaram esta motivação de economia popular solidária. Terezinha chama de "alento".

O convite surgiu do nada, no início de 1996. Uma vizinhas que ela mal conhecia estavam se reunindo para fornecer uniformes ao Hospital Conceição. Em

comum, as 35 mulheres tinham uma vida sofrida, a responsabilidade de colocar dinheiro dentro de casa e a vontade de trabalhar. Para virarem fornecedoras do hospital, precisavam legalizar sua vontade sob a forma de uma empresa. Lá foram elas. Juntaram a papelada, leram tudo, assinaram nas linhas pontilhadas. O projeto com o Conceição deu em nada, mas elas acabaram oficializando um sonho. Em 23 de maio daquele mesmo ano, as mulheres da Nossa Senhora Aparecida pariam mais uma vez. Desta vez era uma filha comum: a Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (Univens).

No Rio Grande do Sul funcionam cerca de 300 grupos de produção associativa. Maiores ou menores, cooperativas ou empresas de autogestão, as iniciativas poderão ganhar um grande impulso pelos próximos quatro anos. O governo estadual prometeu desviar o curso da economia gaúcha para fomentar maneiras mais democráticas e populares de se gerar emprego e renda. "Não podemos só incentivar os grandes empreendimentos que vêm de fora, têm um custo muito alto e dão pouco retorno à população", explica o coordenador da Diretoria de Desenvolvimento Empresarial da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (Sedai), Ivan Sommer. "Nós estamos pensando em formas onde os produtores estejam associados, de fato, gerindo seus negócios de uma maneira democrática e desenvolvendo suas atividades de forma conjunta", define o diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento (AD), Eduardo Maldonado Filho.

Três anos depois de sua criação, a Univens ocupa três salas da Incubadora Popular, mantida pela Prefeitura de Porto Alegre, no mesmo bairro onde as costureiras moram. Das 35 fundadoras ficaram 24 pessoas. Nem todas lidam com linhas e agulhas. No mesmo ano em que foi fundada a cooperativa, o posto de saúde da vila registrava 80 crianças desnutridas. A fome das crianças da vila tocou as mulheres da Nossa Senhora Aparecida que começaram a fabricar a multimistura, um complemento alimentar preparado com os pós da casca de ovo, da folha de aipim, do farelo de arroz, da farinha de milho e de outras sementes. Com a ajuda da Univens e da multimistura, um ano e meio depois as crianças haviam ludibriado seu provável destino.

Para ajudar o governo, técnicos paulistas da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) estão montando um escritório em Porto Alegre. Mediante um convênio, eles irão dividir com a equipe da Sedai e de outras secretarias a tarefa de definir a política ideal para o setor. Segundo o diretor Técnico da Anteag, Aparecido Faria, a idéia é desenvolver metodologia para a educação dos trabalhadores e o

Garantindo que irá cumprir uma importante promessa de campanha, o governo do Rio Grande do Sul resolve fomentar as experiências de cooperativas e empresas de autogestão do campo e da cidade para reduzir o desemprego e resgatar empreendimentos condenados. A política de desenvolvimento será dirigida aos setores tradicionais da economia e voltada aos pequenos.

James Görgen

mapeamento do estado com o objetivo de descobrir as áreas onde a produção deve ser democratizada. Depois disso, os grupos devem ser constituídos de forma que se possa criar redes de negócios, para que a administração (estratégia, compras e vendas) seja feita coletivamente. "Não tem sentido existir empresas de autogestão isoladas", entende Faria. Na bagagem, a Anteag traz uma experiência exitosa que gerou 55 empresas de autogestão espalhadas pelo Brasil. No ano passado, os grupos filiados à entidade distribuíram 96 milhões de reais como retirada líquida a seus 15 mil associados.

Duas produções básicas catapultaram as atividades das costureiras da Univens. Hoje, 14 delas fazem de 1 mil a 1,2 mil peças de roupas por semana. São uniformes, malhas e até roupas para cachorro. Para a maioria da produção elas possuem revendedores fixos. Na cozinha industrial, trabalham outras seis mulheres. Além da multimistura, produzem salgados e doces para coquetéis e refeições empresariais. A novidade do momento é a serigrafia, onde trabalham mais quatro pessoas. Elas são responsáveis pelas estampas das peças. Em média, cada uma das associadas tem uma retirada mensal de 200 a 250 reais. "Se a gente fosse trabalhar aí fora teria outras despesas que acabariam reduzindo nossos ganhos", lembra Nelsa Nespolo.

Para viabilizar outras Univens, o governo estadual pretende fomentar estruturas relativamente pequenas, que possam vir a conquistar autonomia com pouco tempo de investimento. Segundo Sommer, a Sedai e as dez outras secretarias e departamentos que formam o Grupo de Trabalho de Economia Popular e Solidária irão atuar simultaneamente para desenvolver três frentes: capacitação (gestão e capacitação técnica), crédito (viabilidade do projeto, microcrédito de até 15 mil reais e grandes empreendimentos) e comercialização (rede de negócios e estruturas permanentes para venda de produtos). A meta para 2002 é alcançar a impressionante marca de dois mil empreendimentos apoiados no campo e na cidade. "Os projetos vão depender de análise de mercado porque inseridos num mundo globalizado", antecipa Maldonado.

Acostumadas a bater o cartão-ponto ou simplesmente esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque de casa, as mulheres da Univens tiveram de aprender rápido que o horário de fechamento da cooperativa às vezes as seguiria até em casa. Era para trabalhar por conta própria e não depender de migalhas do patrão? Então tudo bem. "A gente se preparou para trabalhar. Tivemos que aprender a discutir preço e negociar matéria-prima. Hoje, não sentimos mais limites", orgulha-se Nelsa.



Univens: Em três anos, costureiras de um bairro pobre de Porto Alegre aprenderam a negociar preços

Exterminar uma tradição perversa junto à cultura de quem passou grande parte da vida batendo ponto e vendo no patrão um inimigo é o maior obstáculo dos agentes que pretendem formar futuros empresários solidários. "Os trabalhadores precisam se apropriar do processo como um todo para romper a lógica do lucro e da mais-valia", ensina Sommer, dando idéia da fonte onde o programa foi beber.

Ao contrário do que se possa imaginar, as mulheres da Nossa Senhora Aparecida não se atiraram nas cordas com a liberdade de organização e de trabalho. Na Incubadora Popular, tem batente de segunda à sexta-feira num horário especial. O expediente acaba quando as mães precisam buscar as crianças na escola. Hora-extra é coisa do passado. Para algumas, as tarefas são cumpridas dentro de casa. Ninguém reclama. "Eu trabalho nove horas por dia e só paro quando termino tudo", garante Terezinha.

Ninguém no governo estadual diz ter a ilusão de que o incentivo à economia popular irá aplacar os al-

tos níveis de desemprego que rondam o cotidiano dos trabalhadores. "Nós não seremos uma ilha de prosperidade, mas podemos minorar os efeitos da política econômica do governo federal", afirma Maldonado. Na região de Caxias do Sul, na Serra gaúcha, o setor de metalurgia empregava cerca de 40 mil pessoas há dois anos. Hoje, são apenas 26 mil operários.

Na metade da segunda quinzena de junho, as mulheres da Univens eram pura expectativa. Elas ficaram sabendo que haviam sido enquadradas num projeto de uma fundação ligada ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Iriam receber 15 mil reais. O dinheiro nem havia chegado e já tinha destino: um freezer, um forno, mesa com braços para a serigrafia, um computador, novas máquinas de costura e mais matéria-prima. Tudo isso significa também mais suor, sacrifício dos momentos de lazer e trabalho. Novos desafios que as costureiras da vila Nossa Senhora Aparecida têm certeza de que, unidas, vencerão.

Coesperança gera renda para duas mil famílias em Santa Maria

Fé e autonomia são duas palavras quase indissociáveis dentro dos grupos de sem-patrão. Sem a primeira, fica difícil conquistar a segunda. Na cidade de Santa Maria, na região Central do Rio Grande do Sul, cerca de duas mil famílias levaram isso ao pé da letra. Atraídas pela crença em Deus, descobriram na Igreja Católica uma saída para a falta de perspectiva e acabaram vivenciando uma experiência que se transformou numa das principais referências do associativismo gaúcho. Criado em março de 1987 pela Diocese de Santa Maria, o Projeto Esperança/Coesperança mantém hoje 88 grupos distribuídos por 24 municípios.

Metade está ligada à zona urbana. São pequenas confecções, serigrafias e fabriquetas de calçados. A outra metade está no meio rural, sob a forma de produtores de leite, criadores de animais, plantadores de hortigranjeiros. Todos se encontram no centro da cidade, onde o Coesperança mantém dois pontos de comercialização, que funcionam de segunda a sábado. Ambos viraram lugar comum para quem precisa encontrar todo tipo de produto por um preço acessível. No terminal de comercialização direta e nos feirões coloniais, os grupos do interior do município têm espaço garantido para escoar parte de sua produção. Em outra parte da cidade, o Shopping do Cooperativismo Alternativo e a Casa do Artesão Sepé Tiarajú dão oportunidade para que os pequenos empreendedores negociem suas mercadorias manufaturadas. Quem não se enquadra em nenhum dos

dois setores ainda pode ser aproveitado nas cooperativas mista e de prestação de serviços (Coomistral e Coopserv) organizadas pelo projeto. Segundo a coordenadora do Coesperança, irmã Lourdes Dill, a renda gerada em cada grupo mantém a mesa de uma média de cinco a dez famílias. No total, o projeto envolve diretamente 7,6 mil pessoas e indiretamente, outras 12,8 mil pessoas.

O sucesso do Coesperança em Santa Maria extrapolou seus limites regionais e acabou ganhando o estado.

Em 2 e 3 de julho, diversos grupos gaúchos compareceram na 6ª Feira Estadual do Cooperativismo. O evento foi criado pelo projeto Esperança e o governo já o enxerga como um dos pontos de disseminação da cultura associativista para o resto do Estado.

Todos os projetos alternativos comunitários (PAC) são apoiados pela Caritas Regional e a Misereor, instituição mantida pelo governo federal da Alemanha. Mas a comunidade cresceu tanto que já tem até moeda própria. Por meio do Fundo Rotativo Solidário (FRS), as pessoas interessadas em iniciar um PAC também podem conseguir recursos, que variam de mil a 12 mil reais por grupo. Cada unidade de FRS vale hoje R\$ 1,23. Em dois ou três anos, os tomadores precisam devolver o dinheiro emprestado: uma em cima da outra com uma pequena correção monetária. Os valores pagos voltam para o fundo. Dentro de pouco tempo, irão financiar a esperança de outro grupo de sem-patrão.



Ponto de referência: grupos têm dois locais fixos para venda de suas mercadorias

Como montar um projeto autogestionável

1º passo: Reunião com as pessoas interessadas. Detalhamento das vantagens ou desvantagens, envolvimento da mão-de-obra, etc.

2º passo: Pesquisa com a massa de trabalhadores. Orientação para que o trabalhador tome consciência de sua responsabilidade, dos riscos do negócio e da importância em trabalhar de forma cooperada e solidária.

3º passo: Discussão com as partes envolvidas e

carta de compromisso. Cada projeto é um caso específico. Se a empresa está enfrentando dificuldades e quer apenas transferir passivo para os trabalhadores, não pode haver acordo.

4º passo: Levantamento da viabilidade econômico-financeira do projeto. Algumas pré-condições: – existência de mercado para o produto. Forma de mercado, concorrência, política de preços, segmentação, tendências mercadológicas, vantagens com-

petitivas, etc;

– custos compatíveis, qualidade e produtividade dos fatores produtivos envolvidos: capital, tecnologia, matéria-prima e mão-de-obra.

5º passo: Necessidade de capital para o projeto no curto, médio e longo prazo. Nem todo projeto tem necessidade de capital no curto prazo. De qualquer maneira, busca-se captar recursos de diversas fontes.

6º passo: A última fase é a definição da forma organizativa que se quer ter. A idéia básica do projeto autogestionário é o investimento nas pessoas – os trabalhadores vão ser os gestores e precisam ser treinados para que sejam os melhores e possam adotar as mais modernas técnicas administrativas. Eles vão ter que fazer a opção entre escolher uma forma organizativa, como uma cooperativa, uma associação de trabalhadores ou outras.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Agência de Desenvolvimento irá captar recursos

Demora do BNDES em definir linha de crédito especial é um dos obstáculos que pode comprometer a política do governo



Seis meses se passaram e o governo de Olívio Dutra ainda não conseguiu tirar do papel a principal ferramenta para operacionalizar seu projeto de governo. Pela Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (AD) deverão passar todos os pedidos de empréstimos de longo prazo destinados a girar a roda dos setores produtivos gaúchos. Recursos e demandas ainda não foram mensurados nem definidos. Pesquisas comandadas pelo Grupo de Trabalho de Economia Popular Solidária, montado especialmente pelo governo para tratar da questão, deverão mostrar onde estão e a que área pertencem os trabalhadores interessados em experiências de autogestão.

Criada nas primeiras semanas de governo petista, a AD assumirá a Carteira de Desenvolvimento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), constituída basicamente do repasse de recursos de grandes linhas de crédito administradas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “A agência será o instrumento de apoio e financiamento ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul”, garante o diretor-presidente da AD, o economista e professor da Ufrgs Eduardo Maldonado Filho.

Como a demanda espontânea (balcão) para economia solidária só aparece

em momentos de crise, com fechamento de fábricas, o governo pretende induzir a formação de grupos. As prioridades são conhecidas de todos os gaúchos: agroindústria, ramo coureiro-calçadista e metal-mecânico. O coordenador da Diretoria de Desenvolvimento Empresarial da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (Sedai), Ivan Sommer, adianta que o objetivo seguinte ao lançamento do programa para a recuperação das fábricas de calçados do Vale do Rio dos Sinos, na Região Metropolitana de Porto Alegre, já está traçado. “Vamos nos concentrar em um determinado setor de uma região previamente escolhida”, antecipa sem revelar detalhes.

Definidas as linhas de atuação, resta saber de onde sairão os recursos. Segundo Maldonado, o Banrisul sozinho não tem condições de arcar com o aporte financeiro das empresas autogestionadas. “Os recursos disponíveis são caros para os pequenos porque são tomados no mercado financeiro”, afirma o diretor-presidente da AD. “Precisamos direcionar os recursos e as linhas atuais para uma formatação que beneficie a economia solidária”, completa. O economista enxerga a solução no aproveitamento de uma parte dos 40% do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) geridos pelo BNDES para o financiamento

de iniciativas de autogestão em todos os ramos de atividade.

Contraditoriamente, é justamente o BNDES que está emperrando a implantação da AD. Desde que a nova administração assumiu, os repasses de programas como o próprio FAT e o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) pararam. De acordo com o governo estadual, são aproximadamente 145 milhões de reais presos nos entraves da burocracia de Brasília e do Rio de Janeiro. Boa parte desta soma deveria servir de lastro para a capitalização da Agência de Desenvolvimento. “Hoje, o capital dela é 4 milhões de reais, o que não significa nada para empréstimos”, afirma o economista.

Enquanto o dinheiro não vem, Maldonado e sua equipe vão esboçando o perfil da AD. Cerca de 120 funcionários do Banrisul, que trabalham na área de desenvolvimento do banco, da extinta Caixa Econômica Estadual e do Badesul serão incorporados pela AD. Com apenas uma sede física, no 17º andar do Centro Administrativo do Estado, a instituição chegará nos mais distantes rincões do estado por meio de um acordo operacional com o Banrisul, que possibilitará a atuação dos funcionários em suas 372 agências comerciais (298 no interior). “O Banrisul será o banco da Agência”, explica Maldonado.

Estado rema contra a maré da globalização

Viabilizar a economia em pequena escala sem planejar uma forma dos empreendimentos competirem dentro do mundo globalizado pode ser suicídio coletivo e desperdício de recursos públicos. Como numa espécie de retorno à Era da Navegação do século XVI, o mundo está assistindo à formação de impérios setoriais lançando-se ao mar dos negócios eletrônicos em busca da descoberta de novos mercados. O resultado disso é uma avalanche de fusões e aquisições e o surgimento de grandes corporações transnacionais, que passarão a ditar o rumo da economia. Há dois anos, o economista Frédéric Clairmont já alertava para o fato em texto

publicado no jornal francês *Le Monde Diplomatique*. O título do artigo dizia tudo: “As 200 sociedades que controlam o mundo”.

O alerta de Clairmont era dirigido ao aprofundamento do movimento destas 20 dezenas de grupos empresariais. Segundo ele, no começo da década de 90 37 mil organizações transnacionais, com suas 170 mil filiais, “fechavam a economia internacional nos seus tentáculos”. Para o economista, o papel mais importante era desempenhado pelas “200 primeiras” porque “desde o início dos anos 80, estas conheceram uma expansão ininterrupta através de fusões e de compras de empresas”. Esta

tendência, lembrava o economista, aumentou a parte do capital transnacional sobre o PIB mundial. De 17% nos anos 60, fusões e aquisições passaram a representar 24% da riqueza do planeta em 1982. Em 1995, o percentual pulou para 30%. De lá para cá, pouca coisa mudou e a concentração só aumentou. Setores como telecomunicações, Internet, televisão e finanças acentuaram este processo de aglutinação, sustentando por mais tempo a expansão ininterrupta constatada por Clairmont.

Este não é um temor que atormente os dirigentes do Poder Executivo no Rio Grande do Sul. O investimento nos pequenos tem como objetivo criar uma

cultura ligada ao associativismo. Em outras palavras, fazer uma globalização às avessas. Para não ficar na teoria, a sobrevivência do projeto está baseada principalmente na descoberta de espaços no mercado doméstico ainda não ocupados por grandes empresas. No caso do leite gaúcho, por exemplo, as indústrias Parmalat e Elegê detêm quase 80% do mercado. “Estamos trabalhando para associar os pequenos produtores e dar a eles apoio tecnológico para subsistirem numa forma de rede e conquistar uma fatia do mercado de leite”, garante o diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Eduardo Maldonado Filho.

ASSESSORIA JURÍDICA

Justiça federal reconhece direito de pensão a servidores homossexuais

Ufrgs recorreu da decisão mas direito está garantido até julgamento em segunda instância

Ele e ele viveram juntos até 1995. Ele era portador do vírus HIV e morreu de Aids, deixando ele sozinho com uma luta para ganhar: ser confirmado como pensionista de seu companheiro, depois de terem vivido juntos por quase uma década. Seus nomes não interessam. Basta dizer que os dois eram servidores na Ufrgs e mantinham um relacionamento desde 1987. Tinham conta conjunta no Banco do Brasil, dividiam as despesas diárias, compraram um apartamento. Enfim, tudo que um casal costuma fazer quando está casado. Mas o que seria uma união estável de fato, precisou receber o aval da Justiça gaúcha para existir. Em uma decisão peculiar no Estado, a 8ª Vara da Justiça Federal reconheceu em 3 de maio deste ano, que ele teria direito a receber os proventos d'Ele.

Foram quatro anos de batalha. O companheiro morreu em 1º de janeiro de 1995, depois de ser aposentado por invalidez em novembro de 94. Como recebia um salário bastante superior, deixou seu parceiro em sérias dificuldades financeiras. Igualmente portador do vírus, o funcionário da Ufrgs enfrentou os trâmites burocráticos estabelecidos pela lei 8.112/90 e requereu a pensão do falecido. A Ufrgs negou o pedido, alegando que a união de pessoas do mesmo sexo não era reconhecida na esfera administrativa.

No início deste ano, o caso foi parar na Justiça Federal. Mesmo sendo em primeira instância, a decisão da justiça assegurou na prática a existência da união estável uma vez que a Constituição Federal garante a igualdade de to-

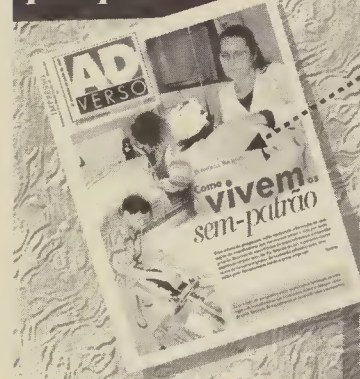
dos perante a lei, "sem distinção de qualquer natureza". O despacho do juiz considera que mesmo não sendo reconhecida legalmente a relação de pessoas do mesmo sexo, os homossexuais possuem alguns direitos que estão acima da natureza da relação entre homem e mulher. "Inexiste diferença, para os efeitos de tal espécie de proteção, entre casais do mesmo sexo ou de sexos diferentes, porque a pensão decorre da vida em comum, do afeto e do amparo recíprocos, da construção de uma comunhão, para o que é indiferente tratar-se de uma relação homo ou heterossexual". Ainda em maio, a Ufrgs recorreu da decisão, que tinha caráter de liminar. A universidade perdeu, o que garantirá o direito até que o mérito da ação seja julgado em segunda instância.

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ Nº 90.757.204/0001-64

BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 1999

RUBRICAS / MESES	MAI
ATIVO	1.031.701,49
FINANCEIRO	801.995,08
DISPONÍVEL	771.881,61
CAIXA	964,98
BANCOS	729.589,29
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	40.327,34
REALIZÁVEL	30.113,47
CRÉDITOS A REALIZAR	30.113,47
DEVEDORES	6.722,35
CRÉDITOS A RECUPERAR	17.489,42
ADIANTEMENTOS A FUNCIONÁRIOS	3.670,27
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	2.231,43
ATIVO PERMANENTE	229.706,41
IMOBILIZADO	229.706,41
BENS MÓVEIS	116.674,53
BENS IMÓVEIS	158.523,19
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	45.491,31
PASSIVO	1.024.480,64
PASSIVO FINANCEIRO	24.529,24
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	5.528,82
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	5.505,24
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	23,58
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	19.000,42
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	19.000,42
SALDO PATRIMONIAL	999.951,40
ATIVO LÍQUIDO REAL	616.733,25
SUPERAVIT ACUMULADO	383.218,15

**Faça como eles.
Coloque seu
cérebro
para trabalhar
por conta
própria.**



**AD
VERSO**

**O jornal da
Associação
dos Docentes
da Ufrgs.**

ÉBAH!

CENSO/MEC

Só 62,4% dos alunos terminam o curso superior

O censo do ensino superior, divulgado dia 25 de junho pelo Ministério da Educação revela que, embora o número de alunos matriculados nas instituições públicas e privadas tenha aumentado 28% nos últimos quatro anos, a quantidade de universitários que concluem o curso não acompanha essa elevação.

Segundo o levantamento do MEC, dos alunos que entraram em 93 no ensino superior, 62,4% se formaram em 97.

Em reportagem ao Jornal do Brasil, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, considerou esse índice insatisfatório. Na média nacional, para cada 2,1 alunos que entram no ensino superior, um recebe o diploma.

Esse cálculo inclui os alunos que trancaram matrícula, abandonaram os estudos ou mudaram de curso.

Só em 97, a taxa de abandono chegou a 10,7%, somando os alunos que desistiram do curso e os que trancaram matrícula.

O percentual de conclusão foi menor nas instituições particulares, onde 56,2% dos alunos chegaram ao final do curso. Nas instituições públicas estaduais, o percentual foi de 75,3%, e nas públicas federais, de 69,6%.

De acordo com o censo, a média anual de crescimento do número de alunos que ingressaram nas Universidades é de 10,2%, enquanto o índice dos que se formam cresce apenas 3,9% ao ano.

Paulo Renato comemorou, entretanto, a expansão das matrículas no ensino superior, de 1,9 milhão de alunos da graduação, em 97, para 2,1 milhão, em 98. O governo prevê que no ano 2004 haverá 3 milhões de alunos nos cursos de graduação.

O ministro avisou que o número de alunos matriculados será um dos critérios que o governo pretende avaliar na hora de distribuir os recursos federais para as Universidades.

Até a primeira quinzena de julho ficará pronta uma matriz pela qual as instituições com mais alunos, maior volume de pesquisas e extensão terão direito a mais verbas.

Na lista das instituições com maior número de alunos matriculados estão a Universidade Paulista (Unip), que é particular, com 44.598 alunos; a USP com 35.662; a Unisinos, no RS, com 25.269; a UFRJ com 24.971 e a PUC-MG com 22.424.

O censo do ensino superior constatou ainda que as Universidades públicas federais têm poucos alunos no período noturno.

Dos 408.640 alunos matriculados em 98 nas Ifes, apenas 20% estudavam à noite. Nas particulares, dos 1,3 milhão de estudantes matriculados, 66,4% se concentram em cursos noturnos.

Fonte: Jornal do Brasil

CENSO/MEC

Privadas dominam ensino superior

Se forem mantidas as atuais taxas de crescimento, a privatização do ensino superior brasileiro deverá se intensificar nos próximos anos.

Essa é uma das conclusões a que se chega quando se analisa o Censo do Ensino Superior. O aumento da participação da rede privada decorre da diferença de ritmo de crescimento das matrículas. Entre 94 e 98, a rede particular cresceu 36,1%, atingindo a marca de 1,3 milhão de alunos. No mesmo período, a maior expansão na rede pública ocorreu nas Universidades estaduais, que cresceram 18,5%. Nas federais - maior rede de Universidades públicas no país - foi de apenas 12,4%.

O caso da Unip (Universidade Paulista), de São Paulo, ilustra o que está ocorrendo: de 95 para 98, o número de matrículas na instituição saltou de 28.490 para 44.598.

Esse crescimento transformou a instituição na maior Universidade do país, superando a USP, se forem consideradas apenas as matrículas na graduação.

Novamente, é o ritmo de crescimento que explica ou que ocorreu: enquanto a Unip ampliou em 16.108 o número de alunos matriculados, a USP teve um aumento de 2.270 inscrições. "O crescimento das particulares reflete o aumento da concorrência", diz João Carlos Di Genio, diretor da Unip.

"A rede particular está respondendo mais rápido à pressão da demanda, por isso tende a ocupar um espaço cada vez maior", diz Efreim Maranhão, presidente do Conselho Nacional de Educação.

A distribuição das vagas no vestibular da USP e da Unip pode ser tomadas como exemplo do que está ocorrendo: entre 95 e 98, a oferta na USP caiu de 7.173 para 7.050. Na Unip, saltou de 12.720 para 38.291.

Maria Assunta Campilongo / Professora do PPGPSI - Ufrgs

O jogo da autonomia outorgada



Quando a ANDES foi fundada, em fevereiro de 1981, no célebre Congresso de Campinas, uma das primeiras iniciativas tomadas pela entidade foi a elaboração de uma proposta de Autonomia Universitária, que levou em conta todas as instâncias deliberativas do Movimento Docente.

Tivemos, em passado não muito distante, lutas incisivas que barraram propostas de governos anteriores, as quais visavam dismantlar e descaracterizar a Universidade Pública, afastamos ministros, dissemos não ao elitismo e a "excelência" propugnada pelo famigerado Geres, conquistamos isonomia salarial e de carreira. Por tudo isso nos tornamos excelentes e conscientes.

Alcançamos um padrão de desempenho que nos colocou, apesar de todas as dificuldades de orçamentos apertados e financiamentos insuficientes, entre o que há de melhor na produção da pesquisa e do ensino em nosso país.

De fato a reivindicação por Autonomia foi sempre uma de nossas mais caras aspirações e já conquistada, com muitos esforços e lutas, na Constituição de 1988.

Por que hoje este conceito de Autonomia, capturado de forma tão distorcida pelo Governo, nos põe em alerta?

Porque nesse conceito, hoje, se articulam as armadilhas do poder do Estado na descaracterização e destruição do caráter público do atual Sistema Federal de Ensino Superior no Brasil, mantendo, ao mesmo tempo, de forma mais brutal, seu controle sobre as instituições de ensino.

Este Governo iniciou, de forma eficaz, a dilapidação de seus recursos humanos, pela descaracterização da função pública que exerciam seus quadros docentes em relação à pesquisa, ao ensino e a extensão, bem como dos seus servidores técnicos-administrativos, ao máximo desvalorizados, abandonados e desrespeitados.

A carência material que atingimos todos, devido a um arrocho salarial como jamais se teve notícias, juntamente com a força política dos discursos pseudo liberalizantes e modernizantes, com sua ênfase na competitividade, na eficiência, na excelência e na produtividade, nos perpassou de tal modo que à exem-

plo dos demais setores sociais nos tornamos todos "descartáveis", facilmente substituíveis, um peso morto, quando já não produtivos.

Exercitamos mecanismos de desmemória do que somos, do que fomos. O número substituiu o fator humano em escalas assustadoras. A produtividade a qualquer preço substituiu em nós o desejo. Estamos nos tornando, rapidamente, seres sem rosto. Frutos de um mundo em que se substituiu a Ética por resultados imediatos, tidos como necessários para a modernidade; perdemos os sonhos e a utopia.

Somos portadores de um individualismo possessivo, resultado de relações econômico-políticas que nos aprisionam de forma dramática, impedindo-nos de reconhecermos em nossos processos de singularização, isto é, o que nos é particular, bem como à Instituição à qual estamos ligados, seja como trabalhadores ativos ou aposentados.

Resultado dessas relações, tentam nos transformar em subjetividades fraturadas, aleijadas, segmentadas, tristes trapos narcísicos e onipotentes de uma sociedade que privilegia a competitividade desse grande ente anônimo designado "mercado".

Esses são os novos valores de uma sociedade que entrou da pior forma possível neste grande processo de mundialização dos mercados que chamam de Globalização.

Quando o País entrega seu patrimônio, compromete sua soberania, permitindo que agências externas determinem suas metas sociais e econômicas, perdendo sua singularidade de Estado/Nação, não se poderia esperar outras iniciativas senão estas mesmas perdas em relação a suas instituições e a sua população. Concretizar no plano interno o que se entrega, de forma escandalosa, ao exterior.

Na Universidade, uma das Instituições mais caras da sociedade, tentam impor-lhe esta lógica perversa, reproduzindo, em escala institucional, o que se passa na sociedade do livre mercado, onde as negociatas e barganhas têm sido a tônica. O Presidente da República, no exterior, chamou o povo brasileiro de "caipira", talvez ele pense que, enquanto caipiras, poderá submeter-nos facilmente se a esse estado de coisas.

Por isso, a Autonomia Universitária perseguida pelo Governo, não nos serve. Em seu projeto divulgado não assegura sequer seu financiamento, ilude com terminologias técnico-burocráticas sobre formas de gestão, que lhe asseguram ainda mais seus controles. Lança falsas soluções que não se sustentam a um exame um pouco mais aprofundado. Com esta nova pirotecnica com que é apresentada a Autonomia Universitária pelo governo, se aprovada, em pouquíssimo espaço de tempo vamos nos transformar no apêndice de uma máquina empresarial, que também terá por objetivo alcançar algum ISO-qualquer número.

O projeto de Autonomia do Governo, ao mesmo tempo, em que atende aos seus objetivos, que é o de se desobrigar, ainda mais, com os já esfacelados setores sociais, tais como a saúde, a previdência social, as políticas salariais, etc., contempla os acordos internacionais para poder continuar a pagar os extorsivos juros da dívida, artificialmente criada pelos detentores do grande capital.

É claro que existem outras alternativas de participação nessa economia globalizada. Alternativas que venham acompanhadas de uma defesa dos direitos de soberania e de um aprofundamento dos direitos de cidadania no país. Portanto estamos falando de possibilidades de projetos, que necessitam, acima de tudo, de uma vontade política, de contestação da sociedade, de resistência democrática.

Nisso o movimento docente tem uma longa experiência. Nossa organização por universidade, nos permite que estejamos alertas em todos os recantos do País ao mesmo tempo.

A bandeira da Autonomia é nossa. Nós já a definimos. Já a conquistamos. Não podemos permitir essa apropriação espúria, esse arremedo, esse deboche, por quem deseja usa-la contra nós mesmos.

Urge que recuperemos nossa vontade, nossa singularidade, nossos objetivos e fins. Mais uma vez nossa resistência organizada.

A Universidade Pública não é patrimônio de um governo qualquer, ela é o acúmulo de nossas experiências e as de muitas gerações, as quais pertencem à sociedade. Não podemos ser responsáveis pelo seu desmonte.

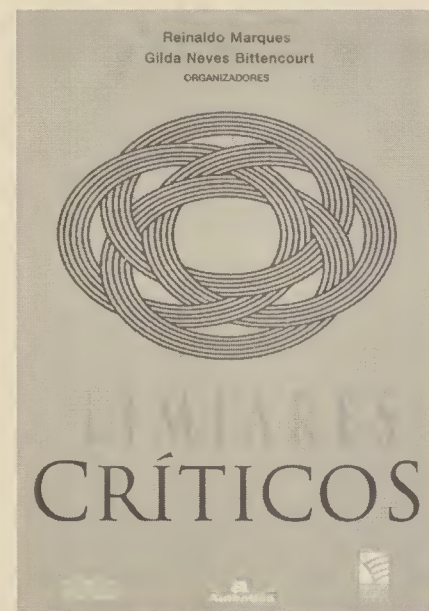


Zilá Bernd / CNPq-Ufrgs

Concerto de múltiplas vozes

Nancy C. de Castro, Léa Masina, com estudo sobre Alcides Maia e Luiz Roberto Cairo, com pertinentes análises sobre Garcia Merou e Silvio Romero. Outros trabalhos apontam para o diálogo entre literatura e história e sobre o gênero conto. Esse artigos são assinados por Silvia Maria de Azevedo, Matildes D. dos Santos, Heloísa Costa Milton, Gilda N. Bittencourt e Patricia L. Flores da Cunha, as duas últimas do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

Há, ainda, trabalhos que partem da literatura portuguesa, aproximando-a do barroco, como o de Maria dos Prazeres Gomes, e os que estabelecem confrontos entre as culturas portuguesa e alemã, como o de Audemaro Goulart. Po fim, Maria Luiza B. da Silva, a partir de Mallarmé aproxima literatura e música, enquanto Zenia de Faria examina diferentes concepções de leitura e André Bueno analisa a obra de Italo Calvino, a partir das relações entre literatura, vida urbana e imaginação.



Acaba de ser lançado pela editora Autêntica, de Belo Horizonte, com o apoio dos Programas de Pós-Graduação em Letras da UFMG e da UFRGS, o volume coletivo intitulado *Limiares Críticos, Estudos de Literatura Comparada*, que foi organizado pelo mineiro Reinaldo Marques e pela gaúcha Gilda Neves Bittencourt. Os artigos que compõem a obra refletem os rumos atuais da Literatura Comparada no Brasil, pois seus autores integram o Grupo de Trabalho de Literatura Comparada da ANPOLL.

Como afirmam os organizadores, na apresentação, o livro revela "a catografia de um território inter ou transdisciplinar em que se enovelam e se cruzam diferentes saberes, conheci-

mentos; a afirmação de um diálogo espesso, concerto de múltiplas vozes disciplinares tecendo novos objetos: teoria, historiografia e crítica literárias, filosofia, antropologia, semiótica, história, sociologia, estudos culturais. Desenho de um projeto dialógico e coletivo de construção do saber, em que se encontram diversos sujeitos e desejos seduzidos pela pesquisa literária, cultural. Esta publicação indica que a literatura comparada, ao se afinar com novos paradigmas epistemológicos, suplementando-os, tem colaborado para o fortalecimento dos estudos literários, tornando mais abrangentes, produtivas e fecundas suas indagações e reflexões".

Limiares críticos inicia com uma reflexão de Lisa Block de Behar sobre "A

invenção teórica do discurso crítico latino-americano". Dois outros textos, de Wander M. Miranda e Tania F. Carvalho, articulam-se igualmente em torno do debate sobre a especificidade do discurso crítico latino-americano e os processos de legitimação do cânone. Também a questão da diferença está contemplada juntamente com seu papel de construção de identidades nacional e de gênero, com textos de Eneida Maria de Souza, Zilá Bernd, Ilza M. de Sousa, Eneida L. Cunha, Eduardo de Assis Duarte, Reinaldo Marques e Vera Lucia Andrade.

Outro grupo de artigos enfoca ainda a questão da crítica literária na universidade brasileira, como os de Raquel Esteves Lima, Maria do Carmo Lanna,

ORELHA



Agricultura familiar e industrialização

Sergio Schneider
As recentes transformações do mundo rural através da análise das relações entre a agricultura familiar e o processo de industrialização numa antiga região colonial do Rio Grande do Sul. Editora da Universidade. 205p. R\$18,00



Imagem em foco
Cornelia Eckert e Patrícia Mont-Mór (orgs.)
Conjunto de textos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que trabalham na mesma temática discutindo os caminhos e as perspectivas da antropologia visual. Editora da Universidade. 255p. R\$22,00

Paisagens Reiventadas
Maria Luiza Berwanger da Silva
Focaliza questões essenciais para o entendimento da poesia do Sul, dando conta integral do amplo painel simbolista sul-riograndense. Editora da Universidade. 356p. R\$30,00.

HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo

WWW

Ciência
☒ www.trishul.sci.gu.edu.au/sites.html
Lista de sites sobre ciências biológicas
Bugnet
☒ www.bugnet.com
Solução para problemas inesperados e sem explicação em seu micro



Ciência é poder



Izquierdo: O governo desmantela o sistema de C&T

Infelizmente, por negligência ou por motivos inconfessáveis, nossos governantes não observam a afirmação acima. O Brasil já foi líder em Ciência e Tecnologia na América Latina e hoje sai dos trilhos do desenvolvimento. Nossa soberania está seriamente ameaçada porque um país não se define como tal sem investir em pesquisa. O alerta foi dado pelo pesquisador da Ufrgs, Ivan Izquierdo, o mais citado do Brasil em publicações científicas

Silvânio Mariani

Adverso - Comparativamente aos outros países da América Latina, em que situação se encontra o Brasil em termos de C&T?

Izquierdo - O Brasil teve uma tradição de liderança até recentemente. Atualmente não tem mais. Em questão de meses, o Brasil perdeu o seu lugar.

Adverso - Quem está na ponta?

Izquierdo - São os países que perderam menos que o Brasil, que são Argentina, México e Chile.

Adverso - A publicação de artigos reflete o que se produz de ciência num país?

Izquierdo - A única referência que se tem sobre a atividade científica é através do que é publicado. A única constância que existe. Depois, a atividade tecnológica utiliza o contato com o cientista ou a leitura desse trabalho e a partir disso desenvolve tecnologia. Mas são coisas distintas. Uma coisa é a ciência a outra a aplicação da ciência. São feitas por pessoas diferentes.

Adverso - Onde se faz pesquisa no Brasil?

Izquierdo - Noventa por cento da pesquisa científica brasileira é feita nas universidades federais. As empresas não investem em ciência básica, elas investem em desenvolvimento de tecnologia. É muito difícil uma empresa que invista em ciência básica. A não ser empresas de porte, empresas do meu ramo, o farmacêutico, onde empresas da Suíça e da Alemanha investem no desenvolvimento da ciência básica porque depois desenvolvem tecnologia.

Adverso - E por que isso não acontece no Brasil?

Izquierdo - Em parte porque o empresário brasileiro é muito imediatista. Ele não tem cabeça para desenvolver um projeto a longo prazo. Ele procura o lucro hoje, se possível ontem. Meu diálogo com vários empresários brasileiros que conheço me fez notar uma coisa que os diferencia de outros empresários de outros países. Os empresários brasileiros são ideológicos, parecem padecer de uma ideologia.

Adverso - Como o senhor define a importância da pesquisa para um país?

Izquierdo - Um país sem C&T desenvolvida e própria não alcança a categoria de país. Não basta ter fronteira e polícia na fronteira para determinar quem é um país e quem não é.

Adverso - Alguns setores da sociedade defendem que os investimentos em C&T devem estar rela-

cionados à relevância social da pesquisa. Como o senhor vê essa preocupação?

Izquierdo - Se há quem discuta isso, realmente não sabe do que está falando. Isso não é o tipo de coisa que se discute, é uma realidade internacional. Quando o homem inventou a roda, ela passou a ser utilizada por todo o mundo, quem não tinha passou a ser dominado por outras sociedades. Quem teve a roda teve uma vantagem, quem fabricou primeiro as armas teve vantagem para se defender, para caçar, para comer. Quem soube capitalizar o invento do avião levou vantagem. O Brasil não soube e ficou atrás. A importância da C&T para que um país se torne um país existe desde que o mundo é mundo.

Adverso - Não há distância entre a ciência e sua relevância social?

Izquierdo - Não, e quem melhor definiu isso foi o inglês Fahrenheit, que descobriu as leis da eletricidade. Uma vez ele fez uma descoberta de uma das leis da Física e uma senhora perguntou-lhe para que servia aquilo. Ele respondeu perguntando à senhora para que servia um bebê recém-nascido. Não sabemos o que será, vai depender da educação, da sociedade em que ele viver. A descoberta do núcleo dos átomos na década de 30 levou para o desenvolvimento gigantesco da Física e de toda a economia, mas também levou à bomba atômica. Então, depende da sociedade o uso que se faz de uma descoberta científica. Os cientistas fazem bebês recém-nascidos. E produzir um bebê não é tarefa fácil.

Adverso - Qual é a sua opinião sobre a declaração do ministro Bresser de que destinar mais recursos para o Nordeste é jogar dinheiro fora?

Izquierdo - Ele foi tremendamente infeliz. A minha primeira reação foi de raiva porque eu abomino o racismo.

Adverso - O senhor acha que foi uma declaração racista?

Izquierdo - Sem dúvida, porque os nordestinos são vistos como uma raça diferente aqui no Sul. Não existe raça, a genética já provou isso. Sendo um país com uma mistura tão grande como é o Brasil, certamente não são uma raça diferente. Eles têm uma cultura própria, que é muito importante, e desenvolvem ciência. Se o ministro realmente fez essa declaração que, segundo dizem foi gravada, foi muito infeliz.

Adverso - Como o senhor define qualidade da pesquisa científica?

Izquierdo - Eu não defino, o mundo é que define o que tem qualidade e o que não tem. Isso com qualquer obra, seja

artística, científica, produtiva. É o mesmo com um carro e com um trabalho científico. Uma estimativa não da qualidade mas da importância de uma trabalho científico é ver se ele é citado por seus pares. Um trabalho que é muito citado tem que ter um mínimo de qualidade, geralmente boa. Se não tem qualidade, se ignora.

Adverso - Qual é o papel do cientista na sociedade?

Izquierdo - Avançar, descobrir. Depois, a sociedade faz aplicações da descoberta. Se é um bom uso, se faz boas aplicações, o país vai adiante. Se não são bem aplicados ou são mal aplicados, o país fracassa como tal.

Adverso - Qual foi o pior período que o senhor viveu em se tratando de investimentos em C&T?

Izquierdo - Eu já tenho 42 anos de experiência somando Argentina e Brasil. No Brasil tenho 26 anos. Minha pior experiência foi no primeiro ano do governo Collor (1990) e agora neste ano. Em segundo lugar foi em 96. Historicamente, são os três piores períodos, que mais faltou apoio, financiamento, tudo.

Adverso - Não deve existir alguma lógica por trás desses cortes? Desde concentrar investimentos em algumas áreas no país até a importação de tecnologia?

Izquierdo - Não sei, pode ser tudo isso. Agora, não podemos esquecer que a nossa universidade é a segunda ou terceira em importância. A primeira é a USP, a segunda é a UFRJ e a terceira fica entre nós, da Ufrgs e a UFMG. Bem, se vão concentrar recursos em algumas universidades, nós deveríamos receber esses recursos. A Ufrgs se destaca em ciência médica básica, em Física, em Genética, em Biotecnologia, nas Ciências Sociais, Informática e muitas outras áreas, não poderia citar todas. A política certamente não consiste em concentrar nas grandes universidades porque a nossa não está sendo apoiada e, pelo que sei, a UFRJ e a UFMG também não. A única que está relativamente bem é a USP que depende do governo do Estado. Lá tem a Fapesp que realmente se preocupa em fomentar a pesquisa. A nossa Fapergs foi praticamente liquidada no governo anterior e, pelo que estou vendo agora, nada está sendo feito pelo governo atual. A Constituição estabelece que o Estado deve destinar um percentual da arrecadação para o desenvolvimento da pesquisa. Em São Paulo se cumpre. Aqui, houve um ou dois momentos que se cumpriu e certamente não foi nos últimos três governos estaduais.

Adverso - Por que os cientistas não se insurgiram contra isso? Por que não exigiram nem exigem que seja cumprida a Constituição?

Izquierdo - Porque fora da reclamação oral nós não vamos muito longe. Nós não temos força política, não temos partido político próprio, não temos armas. Não vejo muito como poderíamos fazer pressão.



ADverso - Como o senhor avalia a atual política de investimentos em Ciência e Tecnologia no Brasil?

Ivan Izquierdo - Em nível federal, o governo está cortando os investimentos e desmantelando o sistema de C&T do país. Isso chama a atenção. Há dois anos foi lançado o Pronex (Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência) e desde novembro de 98 o governo não manda um centavo. Falta dinheiro não apenas para a pesquisa. Falta para o papel higiênico, para o lápis, para o papel do computador. Eu estou mantendo este laboratório com dinheiro do meu bolso. O governo lançou o Pronex, dizendo que não iria tirar dinheiro de outras fontes e imediatamente cortou auxílio de outros aportes, como Finep e CNPq, por exemplo. O Pronex foi lançado com menos dinheiro do que o prometido, cortaram as outras fontes e agora cortaram também o Pronex. E isso não afeta somente os grupos de excelência do Brasil porque o programa atrelou grupos emergentes pelo Brasil afora. Esses, de emergentes ficaram submersos.

Adverso - Na época do lançamento do Pronex, levantou-se a tese que o governo iria centralizar recursos nos grupos de excelência e desatender o restante de pesquisadores do país. Isso transformaria muitas universidades, que deixariam de fazer pesquisa, nos chamados "colegiões" de Terceiro Grau. O que o senhor pensa disso?

Izquierdo - Isso não tem a ver com o Pronex. Isso depende do MEC que parece que tem esse plano. Não é pelo Pronex que está acontecendo o que está acontecendo neste país. Esse plano de desqualificar as universidades menores e concentrar recursos nas grandes vem coincidir com o desmantelamento do Pronex, não é secundário a ele.